

Petista no Rio tenta medir forças com PDT

Rio — O PT fluminense deu ontem uma prova de otimismo quanto à sua capacidade de mobilização no estado. Marcou o comício final da campanha do candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, neste estado, para a Candelária, na Avenida Presidente Vargas, no próximo dia 10. A última vez que um comício foi realizado ali foi em 10 de abril de 1984, quando uma frente multipartidária de oposição à ditadura militar colocou diante da igreja cerca de 1 milhão de pessoas.

“Vamos dar uma demonstração de força à altura do crescimento da campanha no Rio de Janeiro”, justificou o presidente regional do PT, Jorge Bittar, que ontem à tarde esteve na Polícia Civil para reservar o local. O PT espera mobilizar cerca de 200 mil pessoas neste comício e o objetivo é mesmo polarizar com o candidato do PDT, Leonel Brizola, nesta reta final da campanha. “Vamos aproveitar o comício para mostrarmos as diferenças do projeto do PT, que é democrático e participativo, do projeto pedetista, centralizador e que gira em torno de uma liderança”, alfinetou Jorge Bittar.

A prefeita de São Paulo, Erundina de Souza, pediu ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o direito de resposta no horário gratuito de propaganda do PDS, para contestar declarações do candidato Paulo Maluf sobre o deslizamento ocorrido na favela “Nova República”. No

programa do último dia 30, Maluf acusou Erundina de ser despreparada e de ter cometido omissão criminosa.

Segundo a prefeita, as “graves acusações” feitas por Maluf configuram os delitos de calúnia, injúria e difamação previstos no Código Eleitoral. Erundina sustenta ter sido atingida levianamente por expressões inverídicas, “que caracterizam a conduta delituosa que o aludido programa retrata”.

A coordenação da fiscalização eleitoral no Rio de Janeiro está violando a legislação eleitoral que assegura igualdade e gratuidade na utilização de **out-door** para a propaganda política. A acusação é da direção regional do PT que hoje entra com um recurso junto ao TSE denunciando o coordenador da fiscalização, juiz Paulo Cesar Salomão.

De acordo com o presidente do partido no Rio, Jorge Bittar, Paulo César Salomão está violando a lei eleitoral 7.773 e a resolução 1543 do TSE que estabelece as condições para o uso do **out-door**. Bittar disse que ao contrário do que estabelece a lei, os espaços em **out-doors** estão sendo cobrados a preços de 238 BTN por cada 15 dias de utilização pagos pelo PDT e o PRN, que ocupam 300 **out-doors** no Rio.

De acordo com o PT, o coordenador da fiscalização eleitoral no estado alega que não tem condições de fiscalizar o uso de **out-door** pelos partidos.